

CAPÍTULO 1

A Natureza da Teoria da Personalidade

A TEORIA DA PERSONALIDADE E A HISTÓRIA DA PSICOLOGIA	28
O QUE É PERSONALIDADE?	32
O QUE É UMA TEORIA?	33
UMA TEORIA DA PERSONALIDADE	36
A TEORIA DA PERSONALIDADE E OUTRAS TEORIAS PSICOLÓGICAS	38
A COMPARAÇÃO DAS TEORIAS DA PERSONALIDADE	39
Atributos Formais 39	
Atributos Substantivos 40	

Neste volume apresentaremos um resumo organizado das principais teorias da personalidade contemporâneas. Além de oferecer um sumário de cada teoria, discutiremos pesquisas relevantes e faremos uma avaliação geral da teoria. Mas antes de prosseguir devemos falar um pouco sobre o que são as teorias da personalidade e como as várias teorias da personalidade podem ser distinguidas umas das outras. Também colocaremos essas teorias em um contexto geral, relacionando-as ao que aconteceu historicamente na psicologia e situando-as no cenário contemporâneo.

Neste capítulo, começamos com um esboço bem geral e um pouco informal do papel da teoria da personalidade no desenvolvimento da psicologia, seguido por uma discussão sobre o que significam os termos *personalidade* e *teoria*. Partindo dessas considerações, é fácil passar para a pergunta: o que constitui uma teoria da personalidade? Além disso, vamos considerar brevemente a relação entre teoria da personalidade e outras formas de teoria psicológica, e apresentar algumas dimensões por meio das quais as teorias da personalidade podem ser comparadas entre si.

A TEORIA DA PERSONALIDADE E A HISTÓRIA DA PSICOLOGIA

Um exame abrangente do desenvolvimento da teoria da personalidade deve certamente começar com as concepções do homem propostas por grandes estudiosos clássicos, como Hipócrates, Platão e Aristóteles. Um relato adequado também teria de incluir a contribuição de dezenas de pensadores, como Aquino, Bentham, Comte, Hobbes, Kierkegaard, Locke, Nietzsche e Machiavelli, que viveram nos séculos intervenientes e cujas idéias ainda são detectadas em formulações contemporâneas. A nossa intenção aqui não é a de tentar esse tipo de reconstrução geral. O nosso objetivo é bem mais limitado. Nós simplesmente vamos considerar, em termos amplos, o papel geral que a teoria da personalidade desempenhou no desenvolvimento da psicologia durante o século passado.

Para começar, examinaremos cinco fontes de influência sobre a teoria da personalidade relativamente recentes. Uma tradição de *observação clínica*, co-

meçando com Charcot e Janet, mas incluindo especialmente Freud, Jung e McDougall, fez mais para determinar a natureza da teoria da personalidade do que qualquer outro fator isolado. Nós logo examinaremos alguns dos efeitos desse movimento. Uma segunda linha de influência vem da *tradição Gestáltica* e de William Stern. Esses teóricos estavam muito impressionados com a unidade de comportamento e, conseqüentemente, convencidos de que um estudo fragmentado de pequenos elementos do comportamento jamais poderia ser esclarecedor. Como iremos descobrir, esse ponto de vista está profundamente inserido na atual teoria da personalidade. Também temos o impacto mais recente da *psicologia experimental* em geral e da *teoria da aprendizagem* em particular. Dessa linha, surgiram uma crescente preocupação com a pesquisa empírica cuidadosamente controlada, um melhor entendimento da natureza da construção da teoria e uma apreciação mais detalhada de como o comportamento é modificado. Um quarto determinante é representado pela *tradição psicométrica*, com seu foco na mensuração e no estudo das diferenças individuais. Essa fonte proporcionou uma sofisticação cada vez maior nas dimensões de avaliação ou mensuração do comportamento e na análise quantitativa dos dados. Finalmente, a *genética* e a *fisiologia* desempenharam um papel crucial nas tentativas de identificar e de descrever as características de personalidade. Tal influência tem sido particularmente forte em modelos recentes, como os propostos por Eysenck (ver Capítulo 9) e os Cinco Grandes teóricos (ver Capítulo 8), mas também está clara no trabalho inicial de Freud e em declarações como a de Henry Murray: “Nenhum cérebro, nenhuma personalidade.”

O *background* específico do qual emergiu cada uma das teorias apresentadas neste livro é discutido brevemente nas seguintes fontes: discussões históricas sobre o desenvolvimento da teoria contemporânea da personalidade são encontradas em Allport (1937, 1961), Boring (1950) e Sanford (1963, 1985); o *status* atual da teoria da personalidade e da pesquisa é resumido em uma série de capítulos na *Annual Review of Psychology*, iniciando em 1950 (ver, p. ex., Buss, 1991; Carson, 1989; Digman, 1990; Magnusson & Torstad, 1993; Pervin, 1985; Revelle, 1995; Rorer & Widiger, 1983; Wiggins & Pincus, 1992). Existem outros tratamentos gerais do campo que valem a pena

ler, incluindo McAdams (1994), Maddi (1996), Mischel (1993), Monte (1995), Perlin (1993, 1996), Peterson (1992) e Ryckman (1992).

Vamos tratar agora das características distintivas da teoria da personalidade. Embora esse corpo de teorias faça parte do amplo campo da psicologia, ainda existem diferenças apreciáveis entre a teoria e a pesquisa da personalidade e a pesquisa e a teoria em outras áreas da psicologia. Essas diferenças são especialmente evidentes em relação à teoria da personalidade em seus estágios iniciais de desenvolvimento, e elas ainda existem apesar da grande variação entre as próprias teorias da personalidade. As notáveis diferenças entre as teorias da personalidade, entretanto, significam que quase qualquer declaração que se aplique com exatidão detalhada a uma teoria da personalidade será um pouco inexata quando aplicada a muitas outras teorias. Apesar disso, existem qualidades modais ou tendências centrais inerentes na maioria das teorias da personalidade, e é nelas que focalizaremos nossa discussão.

Não discutimos que existam congruências importantes nas correntes de influência que determinaram os caminhos iniciais da psicologia geral e da teoria da personalidade, mas também existem diferenças significativas. É certo afirmar que Darwin foi um fator importante no desenvolvimento da psicologia geral e da psicologia da personalidade. Também é verdade que a fisiologia do século XIX teve sua influência sobre os teóricos da personalidade, assim como um efeito acentuado sobre a psicologia geral. No entanto, o principal teor dos fatores que influenciaram esses dois grupos durante os últimos três quartos de século foi perceptivelmente diferente. Enquanto os teóricos da personalidade estavam tirando suas idéias mais importantes principalmente da experiência clínica, os psicólogos experimentais estavam prestando atenção aos achados do laboratório experimental. Os nomes Charcot, Freud, Janet, McDougall e Stern estão em primeiro plano no trabalho dos primeiros teóricos da personalidade, mas encontramos Helmholtz, Pavlov, Thorndike, Watson e Wundt em um papel comparável na psicologia experimental. Os experimentalistas derivaram suas inspirações e seus valores das ciências naturais, enquanto os teóricos da personalidade permaneceram mais próximos dos dados clínicos e de suas próprias reconstruções criativas. Um grupo recebeu com satisfação os sentimentos intuitivos e os *insights*,

mas desprezou as armadilhas da ciência, com sua restrição sobre a imaginação e suas habilidades técnicas rigorosas. O outro aplaudiu o rigor e a precisão da investigação delimitada e esquivou-se desgostoso do uso desenfreado do julgamento clínico e da interpretação imaginativa. No final ficou claro que a psicologia experimental tinha pouco a dizer com referência aos problemas que interessavam ao teórico da personalidade e que este manifestava pouca consideração pelos problemas de importância capital para o psicólogo experimental.

Os estudos recentes sugerem que Wundt pode ter sido uma exceção a essas generalizações. Por exemplo, Stelmack e Stalikas (1991) descrevem como a classificação de Wundt dos temperamentos, baseada em duas dimensões, a força das emoções e a variabilidade, corresponde às subseqüentes descrições oferecidas por Hans Eysenck (ver Capítulo 9), baseadas nas dimensões subjacentes de neuroticismo e extroversão. Apesar dessas conexões, as “duas disciplinas da psicologia científica” (Cronbach, 1957, 1975) permaneceram notavelmente separadas.

Sabemos bem que a psicologia se desenvolveu no século XIX como fruto da filosofia e da fisiologia experimental. A origem da teoria da personalidade deve muito mais à profissão médica e às condições da prática médica. De fato, os primeiros gigantes nessa área (Freud, Jung e McDougall) tinham formação em medicina, mas trabalhavam também como psicoterapeutas. Esse vínculo histórico entre a teoria da personalidade e a aplicação prática permaneceu evidente durante todo o desenvolvimento da psicologia e oferece uma importante distinção entre esse ramo da teoria e outros tipos de teoria psicológica.

Duas generalizações referentes à teoria da personalidade são consistentes com o que dissemos até agora. Primeiro, está claro que a *teoria da personalidade ocupou um papel dissidente no desenvolvimento da psicologia*. Os teóricos da personalidade foram rebeldes em sua época: rebeldes na medicina e na ciência experimental, rebeldes contra idéias convencionais e práticas usuais, rebeldes contra métodos típicos e técnicas de pesquisa respeitadas e, acima de tudo, rebeldes contra a teoria aceita e os problemas normativos. O fato de que a teoria da personalidade jamais se inseriu profundamente na psicologia acadêmica dominante tem várias implicações importantes. Por um lado, isso possibilitou libertar a teoria da personali-

de das garras mortais dos modos convencionais de pensamento e dos preconceitos referentes ao comportamento humano. Ao ficar relativamente fora da instituição da psicologia, era mais fácil para os teóricos da personalidade questionar ou rejeitar as suposições amplamente aceitas pelos psicólogos. Por outro lado, essa falta de envolvimento também os eximia de parte da disciplina e da responsabilidade por uma formulação razoavelmente sistemática e organizada, que faz parte da herança do cientista bem integrado socialmente.

Uma segunda generalização é que *as teorias da personalidade são funcionais em sua orientação*. Elas se preocupam com questões que fazem diferença no ajustamento e na sobrevivência do indivíduo. Em uma época na qual o psicólogo experimental estava mergulhado em questões como a existência do pensamento sem imagens, a velocidade dos impulsos nervosos, a especificação do conteúdo da mente humana consciente normal e as controvérsias das localizações cerebrais, o teórico da personalidade queria saber por que alguns indivíduos desenvolviam sintomas neuróticos incapacitantes na ausência de patologia orgânica, qual era o papel do trauma infantil no ajustamento adulto, em que condições a saúde mental poderia ser recuperada e quais eram as maiores motivações subjacentes aos comportamentos humanos. Assim, foi o teórico da personalidade, e apenas o teórico da personalidade, que nos tempos iniciais da psicologia lidou com questões que, para a pessoa comum, pareciam estar no âmago de uma ciência psicológica bem-sucedida. Certos progressos entusiasmantes no campo continuam a refletir essa orientação funcionalista. Um exemplo claro é David Buss (1991), que emprega a metateoria evolutiva para identificar as metas importantes para os seres humanos, os mecanismos psicológicos resultantes e as diferenças individuais nas estratégias comportamentais empregadas pelas pessoas para atingir as metas ou para resolver problemas de adaptação.

O leitor não deve interpretar o que acabamos de dizer como uma acusação à psicologia geral e um elogio à teoria da personalidade. Ainda não está claro se o caminho para uma teoria abrangente e útil do comportamento humano resultará mais rapidamente do trabalho daqueles que têm essa teoria como objetivo direto, ou dos esforços daqueles que focalizam problemas relativamente específicos e limitados. A estra-

tégia de avanço na ciência nunca é fácil de especificar, e o público geral normalmente não é considerado um tribunal adequado para decidir quais problemas devem ser enfocados. Em outras palavras, embora seja um fato inquestionável que os teóricos da personalidade trataram de questões que pareciam centrais e importantes para o observador típico do comportamento humano, resta ver se tal disposição para tratar dessas questões fará avançar a ciência da psicologia.

Como dissemos, não há nenhum mistério sobre a razão pela qual as teorias da personalidade eram mais amplas em escopo e mais práticas em orientação do que as formulações da maioria dos outros psicólogos. As grandes figuras da psicologia acadêmica do século XIX foram homens como Wundt, Helmholtz, Ebbinghaus, Titchener e Külpe, que executaram seu trabalho dentro de ambientes universitários com poucas pressões do mundo exterior. Eles eram livres para seguir suas inclinações intelectuais, com pouca ou nenhuma compulsão de tratar daquilo que os outros consideravam importante ou significativo. De fato, eles decidiam o que era significativo em grande parte por seus próprios interesses e atividades. Em contraste, os primeiros teóricos da personalidade eram praticantes, além de estudiosos. Defrontando-se com os problemas da vida cotidiana, agravados por uma neurose ou algo pior, era natural que se dedicassem a formulações que contribuíssem para esses problemas. Um conjunto de categorias para a análise das emoções, que pudesse ser aplicado por sujeitos treinados em um ambiente de laboratório, era de pouco interesse para um terapeuta que diariamente observava a operação de emoções que estavam prejudicando, incapacitando ou inclusive matando seres humanos como ele. Assim, o forte tom funcional das teorias da personalidade e sua preocupação com problemas importantes para a sobrevivência dos indivíduos parecem uma decorrência natural do ambiente em que essas teorias se desenvolveram.

Está claro que os *teóricos da personalidade* costumavam *atribuir um papel crucial aos processos motivacionais*. Em uma época na qual muitos psicólogos ignoravam a motivação ou tentavam minimizar a contribuição desses fatores em seus estudos, os teóricos da personalidade viam nessas mesmas variáveis a chave para o entendimento do comportamento humano. Freud e McDougall foram os primeiros a considerar seriamente o processo motivacional. A grande

lacuna entre a arena da vida e a teoria desenvolvida por psicólogos de laboratório é retratada por McDougall quando ele justifica suas tentativas de desenvolver uma teoria adequada do comportamento social (que era mais uma teoria da personalidade do que uma teoria do comportamento social):

“O ramo da psicologia mais importante para as ciências sociais é aquele que trata das fontes de ação humana, dos impulsos e motivos que sustentam a atividade mental e corporal e regulam a conduta; e este, de todos os ramos da psicologia, é o que permanece no estado mais atrasado, em que ainda reinam a maior obscuridade, imprecisão e confusão.” (McDougall, 1908, p. 2-3)

Assim, variáveis que eram vistas primariamente como um incômodo para o psicólogo experimental passaram a ser alvo de estudo intensivo e interesse focal para o teórico da personalidade.

Relacionada a esse interesse no funcional e no motivacional está a convicção do teórico da personalidade de que *um entendimento adequado do comportamento humano só vai surgir do estudo da pessoa em sua totalidade*. A maioria dos psicólogos da personalidade insistia que o sujeito deveria ser visto como uma pessoa inteira funcionando em um *habitat* natural. Eles defendiam ardorosamente o estudo do comportamento no contexto, com cada evento comportamental examinado e interpretado em relação ao resto do comportamento do indivíduo. Esse ponto de vista era um derivativo natural da prática clínica, em que a pessoa inteira se apresentava para a cura e em que era realmente difícil limitar o exame a uma modalidade sensorial ou a uma série restrita de experiências.

Se aceitamos que a intenção da maioria dos teóricos da personalidade é promover o estudo da pessoa em sua totalidade, não-segmentada, é fácil compreender porque muitos observadores consideram que *um dos aspectos mais distintivos da teoria da personalidade é a sua função como uma teoria integrativa*. Enquanto os psicólogos em geral têm demonstrado uma especialização cada vez maior, fazendo alguns reclamarem que estavam aprendendo cada vez mais sobre cada vez menos, o teórico da personalidade aceitou uma responsabilidade pelo menos parcial de reunir e organizar os diversos achados dos especialistas. O experimentalista poderia saber muito sobre habilidades motoras, audição, percepção ou visão, mas em

geral sabia relativamente pouco sobre como essas funções especiais se relacionavam umas com as outras. O psicólogo da personalidade estava, nesse sentido, mais preocupado com reconstrução ou integração do que com análise ou estudo segmental do comportamento. A partir dessas considerações, surge a concepção um tanto romântica do teórico da personalidade como o indivíduo que vai montar o quebra-cabeça apresentado pelos achados distintos de estudos separados dentro das várias especialidades que constituem a psicologia.

Devemos observar que vários autores lamentaram a falta de atenção, por parte dos pesquisadores da personalidade, ao foco do teórico da personalidade na pessoa em sua totalidade. Rae Carlson escreveu: “O empobrecimento atual da pesquisa da personalidade é perturbador, porque indica que a meta de estudar pessoas integrais foi abandonada” (1971, p. 207; ver Kenrick [1986] para uma réplica). Preocupações semelhantes foram levantadas por White (1981) e Sanford (1985).

Em termos amplos, então, *o que distingue os teóricos da personalidade dos tradicionais teóricos da psicologia?* Eles são mais especulativos e menos ligados a operações experimentais ou de mensuração. A visão rígida do positivismo afetou muito menos o psicólogo da personalidade do que o psicólogo experimental. Eles desenvolvem teorias que são multidimensionais e mais complexas do que as da psicologia geral. Em consequência, suas teorias tendem a ser um pouco mais vagas e menos bem-especificadas do que as teorias do experimentalista. Estão dispostos a aceitar qualquer aspecto do comportamento que possua importância funcional como um dado legítimo para seu modelo teórico, ao passo que os psicólogos mais experimentais se contentam em fixar sua atenção em uma série limitada de observações ou registros. Eles insistem que um entendimento adequado do comportamento individual só pode ser atingido quando ele for estudado em um contexto amplo que inclua a pessoa total, em funcionamento. O teórico da personalidade encara a motivação, o “porquê” ou o ímpeto subjacente do comportamento como o problema empírico e teórico crucial. Em contraste, o experimentalista o considera como um entre vários problemas e lida com ele por meio de um pequeno número de conceitos estreitamente ligados aos processos fisiológicos.

O QUE É PERSONALIDADE?

Existem poucas palavras na nossa língua com tanto fascínio para o público em geral como o termo personalidade. Embora a palavra seja usada em vários sentidos, a maioria desses significados populares se encaixa em um ou dois tópicos. O primeiro uso iguala o termo à habilidade ou à perícia social. A personalidade de um indivíduo é avaliada por meio da efetividade com que ele consegue eliciar reações positivas em uma variedade de pessoas em diferentes circunstâncias. É nesse sentido que a professora que se refere a um aluno como apresentando um problema de personalidade, provavelmente, está indicando que suas habilidades sociais não são adequadas para manter relações satisfatórias com os colegas e com a professora. O segundo uso considera a personalidade do indivíduo como consistindo-se na impressão mais destacada ou saliente que ele cria nos outros. Assim, podemos dizer que uma pessoa tem uma “personalidade agressiva” ou uma “personalidade submissa” ou uma “personalidade temerosa”. Em cada caso o observador seleciona um atributo ou uma qualidade altamente típica do sujeito, que presumivelmente é uma parte importante da impressão global criada nos outros, e identifica sua personalidade por esse termo. Está claro que existe um elemento de avaliação em ambos os usos. As personalidades, conforme descritas comumente, são boas e más.

Embora a diversidade no uso comum da palavra personalidade possa parecer considerável, ela é superada pela variedade de significados atribuídos ao termo pelos psicólogos. Em um exame exaustivo da literatura, Allport (1937) extraiu quase cinquenta definições diferentes que classificou em algumas categorias amplas. Nós aqui examinaremos apenas algumas dessas definições.

Inicialmente é importante distinguir entre o que Allport chama de definição biossocial e definição biofísica. A *definição biossocial* mostra uma estreita correspondência com o uso popular do termo, uma vez que equipara personalidade ao “valor da impressão social” que o indivíduo provoca. É a reação dos outros indivíduos ao sujeito o que define a sua personalidade. Podemos inclusive afirmar que o indivíduo não possui nenhuma personalidade a não ser aquela proporcionada pela resposta dos outros. Allport contesta vigorosamente a implicação de que a personalidade

reside apenas no “outro-que-responde”, e sugere ser preferível uma *definição biofísica* que baseie firmemente a personalidade em características ou qualidades do sujeito. De acordo com essa última definição, a personalidade tem um lado orgânico, assim como um lado aparente, e pode ser vinculada a qualidades específicas do indivíduo suscetíveis à descrição e à mensuração objetivas.

Um outro tipo importante de definição é a *globalizante ou do tipo coletânea*. Essa definição abrange a personalidade por enumeração. O termo personalidade é usado aqui para incluir tudo sobre o indivíduo. O teórico comumente lista os conceitos considerados de maior importância para descrever o indivíduo e sugere que a personalidade consiste nisso. Outras definições enfatizam principalmente a função *integrativa*, ou organizadora, da personalidade. Tais definições sugerem que a personalidade é a organização ou o padrão dado às várias respostas distintas do indivíduo. Alternativamente, elas sugerem que a organização resulta da personalidade que é uma força ativa dentro do indivíduo. A personalidade é aquilo que dá ordem e congruência a todos os comportamentos diferentes apresentados pelo indivíduo. Alguns teóricos enfatizam a função da personalidade na mediação do *ajustamento* do indivíduo. A personalidade consiste nos esforços de ajustamento variados e, no entanto, típicos, realizados pelo indivíduo. Em outras definições, a personalidade é igualada aos aspectos *únicos* ou individuais do comportamento. Nesse caso, o termo designa aquilo que é distintivo no indivíduo e o diferencia de todas as outras pessoas. Finalmente, alguns teóricos consideram que a personalidade representa a *essência* da condição humana. Essas definições sugerem que a personalidade se refere àquela parte do indivíduo que é mais representativa da pessoa, não apenas porque a diferencia dos outros, mas principalmente porque é aquilo que a pessoa realmente é. A sugestão de Allport de que “a personalidade é o que um homem realmente é” ilustra esse tipo de definição. A implicação aqui é que a personalidade consiste naquilo que é, na análise final, mais típico e característico da pessoa.

Poderíamos passar muito mais tempo tratando do problema de definir a personalidade, mas o leitor encontrará muitas definições detalhadas de personalidade nos capítulos seguintes. Além disso, estamos convencidos de que *nenhuma definição substantiva de*

personalidade pode ser generalizada. Com isso, queremos dizer que a maneira pela qual determinadas pessoas definem a personalidade dependerá inteiramente de sua preferência teórica. Assim, se a teoria enfatiza a singularidade e as qualidades organizadas e unificadas do comportamento, é natural que a definição de personalidade inclua a singularidade e a organização como atributos importantes da personalidade. Uma vez que o indivíduo tenha criado ou adotado uma dada teoria da personalidade, a definição de personalidade será claramente indicada pela teoria. Assim, acreditamos que *a personalidade é definida pelos conceitos empíricos específicos que fazem parte da teoria da personalidade empregada pelo observador.* A personalidade consiste concretamente em uma série de valores ou termos descritivos que descrevem o indivíduo que está sendo estudado em termos das variáveis ou de dimensões que ocupam uma posição central dentro de uma teoria específica.

Se tais definições parecerem insatisfatórias, que o leitor se console com a idéia de que encontrará várias definições específicas nas páginas seguintes. Qualquer uma delas pode-se tornar a definição do leitor se ele adotar aquela determinada teoria. Em outras palavras, estamos dizendo que é impossível definir a personalidade sem concordar com a estrutura de referência teórica dentro da qual a personalidade vai ser examinada. Se tentássemos agora chegar a uma única definição substantiva, estaríamos pondo fim, implicitamente, a muitas das questões teóricas que pretendemos explorar.

O QUE É UMA TEORIA?

Assim como a maioria das pessoas sabe em que consiste a personalidade, também sabe o que é uma teoria! A convicção mais comum é a de que uma teoria existe em oposição a um fato. Nessa visão, ela é uma hipótese não-comprovada ou uma especulação referente à realidade que ainda não está definitivamente confirmada. Quando uma teoria é confirmada, ela se torna um fato. Existe certa correspondência entre essa visão e o uso que defendemos aqui, pois concordamos que não sabemos se uma teoria é uma verdade. Também existe um elemento de discordância, pois a visão do senso comum afirma que ela se tornará ver-

dadeira ou fatural quando os dados confirmatórios tiverem sido coletados. Na nossa visão, as teorias nunca são verdadeiras ou falsas, embora suas implicações ou derivações possam ser.

As passagens a seguir são um resumo relativamente convencional do pensamento de metodologistas ou lógicos da ciência. Certamente não existe concordância completa em relação a todas as questões discutidas, mas o ponto de vista apresentado pretende ser modal, em vez de original. O estudante que está começando talvez tenha dificuldade para entender inteiramente algumas dessas idéias, e seria justo dizer que não é essencial entendê-las para poder ler e apreciar o restante do livro. Por outro lado, se o leitor estiver seriamente interessado no campo e ainda não se aprofundou nessa área de estudo, deve consultar a literatura relevante (para boas introduções apropriadas a psicólogos, ver Gholson & Barker, 1985; a Introdução em Leahey, 1991; Manicas & Secord, 1983; Rorer & Widiger, 1983; e Suppe, 1977; para tratamentos gerais, examine Bechtel, 1988; Eagle, 1984; Earman, 1992; Kuhn, 1970; Lakatos & Musgrave, 1970; Popper, 1962, 1992).

Vamos começar examinando o que é uma teoria e depois tratar da questão mais importante, ou seja, quais são as funções de uma teoria. Em primeiro lugar, uma teoria é um *conjunto de convenções* criado pelo teórico. Compreender uma teoria como um “conjunto de convenções” enfatiza o fato de que as teorias não são “dadas” ou predeterminadas pela natureza, pelos dados, ou por qualquer outro processo determinante. Assim como as mesmas experiências ou observações podem levar um poeta ou um romancista a criar uma entre as múltiplas formas de arte diferentes, também os dados da investigação podem ser incorporados a um entre os incontáveis esquemas teóricos diferentes. O teórico, ao escolher uma determinada opção para representar os eventos em que está interessado, exerce uma escolha criativa livre que só é diferente da do artista nos tipos de evidência que focaliza e nos termos em que seu aproveitamento será julgado. Nós estamos enfatizando aqui a maneira criativa e, no entanto, arbitrária pela qual as teorias são construídas. Não existe nenhuma fórmula para a construção de uma teoria proveitosa, assim como não existe nenhuma fórmula para fazermos contribuições literárias duradouras.

Já que uma teoria é uma escolha convencional, e não algo inevitável ou prescrito por relações empíricas conhecidas, a veracidade ou a falsidade não são qualidades a serem atribuídas a uma teoria. Uma teoria só é *útil ou inútil*. Essas qualidades são definidas, como veremos, principalmente em termos de quão eficientemente a teoria pode gerar predições ou proposições relativas a eventos relevantes que acabarão sendo confirmados (verdade).

Sejamos um pouco mais específicos. Uma teoria, em sua forma ideal, deve conter duas partes: uma série de suposições relevantes sistematicamente relacionadas uma à outra e um conjunto de definições empíricas.

As *suposições* devem ser relevantes no sentido de ter relação com os eventos empíricos aos quais a teoria se refere. Se for uma teoria sobre a audição, as suposições precisam ter alguma relação com o processo da audição; se for uma teoria da percepção, as suposições devem referir-se ao processo perceptual. A natureza dessas suposições geralmente representa a qualidade distintiva da teoria. O bom teórico é a pessoa capaz de pôr às claras suposições úteis ou preditivas referentes aos eventos empíricos em um domínio de interesse. Dependendo da natureza da teoria, essas suposições podem ser muito gerais ou bem específicas. Um teórico comportamental, por exemplo, optaria por supor que todo o comportamento é motivado, que os eventos que ocorrem cedo na vida são os determinantes mais importantes do comportamento adulto, ou que o comportamento de diferentes espécies animais é governado pelos mesmos princípios gerais. A forma dessas suposições também pode variar, da precisão de uma notação matemática à relativa inexactidão da maioria das suposições que acabamos de usar como ilustração.

Não só as suposições devem ser enunciadas claramente, mas também as suposições e os elementos da teoria precisam estar explicitamente combinados e relacionados uns aos outros. Isto é, deve haver regras para a interação sistemática entre as suposições e os conceitos nelas inseridos. Para dar à teoria consistência lógica e permitir o processo de derivação, essas relações internas necessitam estar claras. Sem essa especificação seria difícil ou impossível extrair da teoria conseqüências empíricas. Devido à sua semelhança com as regras de gramática, essas declarações são às vezes referidas como a *sintaxe* da teoria. Por exem-

plo, um teórico poderia escolher supor que um aumento na ansiedade levaria a um decréscimo no desempenho motor. Além disso, ele poderia supor que um aumento na auto-estima levaria a uma melhora no desempenho motor. Se não soubermos nada além disso, a relação entre essas duas suposições seria indeterminante. Precisamos descobrir algo sobre a relação entre ansiedade e auto-estima antes de podermos fazer predições sobre o que pode ocorrer nas circunstâncias em que ambas as variáveis estejam envolvidas. Um enunciado adequado das suposições teóricas daria ao usuário da teoria uma clara especificação da relação entre essas duas suposições.

As *definições empíricas* (definições coordenativas) permitem a interação mais ou menos precisa de certos termos ou conceitos da teoria com os dados empíricos. Assim, por meio dessas definições, a teoria entra em contato definido com a realidade ou com os dados observacionais, em certos locais prescritos. Elas freqüentemente são chamadas de definições operacionais, porque tentam especificar operações pelas quais as variáveis ou os conceitos relevantes podem ser medidos. Seria seguro dizer que, para que uma teoria contribua para uma disciplina empírica, ela deve poder ser traduzida empiricamente. Por outro lado, deve estar claro que essas definições existem em um contínuo que varia da especificação completa e exata até uma declaração muito geral e qualitativa. Embora quanto mais precisão melhor, uma insistência inicial em uma especificação completa pode destruir muitos caminhos proveitosos de investigação. Definir a inteligência simplesmente como “o que os testes de inteligência medem” ou igualar a ansiedade unicamente a certas mudanças fisiológicas pode ser exato, mas nenhuma definição isolada provavelmente levará a idéias ou a investigações muito produtivas. A atitude adequada em relação a definições empíricas é a de que devem ser tão precisas quanto as condições presentes no campo relevante permitem.

Vimos, em termos gerais, no que consiste uma teoria. A pergunta seguinte é: o que ela faz? Primeiro, e mais importante, ela leva à coleção ou à *observação de relações empíricas relevantes ainda não-observadas*. A teoria deve conduzir à expansão sistemática do conhecimento referente aos fenômenos de interesse, e essa expansão deve idealmente ser mediada ou estimulada pela derivação de proposições empíricas específicas a partir da teoria (declarações, hipóteses, pre-

dições), sujeitas a testes empíricos. Geralmente, o âmago de qualquer ciência está na descoberta de relacionamentos empíricos estáveis entre eventos ou variáveis. A função de uma teoria é promover esse processo de uma maneira sistemática. A teoria pode ser vista como uma espécie de moinho de proposições, moendo declarações empíricas relacionadas que podem então ser confirmadas ou rejeitadas, à luz de dados empíricos adequadamente controlados. Só as proposições ou as idéias derivadas da teoria é que estão abertas a testes empíricos. A teoria, ela mesma, é suposta, e sua aceitação ou rejeição é determinada por sua *utilidade*, não por sua veracidade ou falsidade. Nesse caso, a utilidade tem dois componentes: verificabilidade e abrangência. A *verificabilidade* se refere à capacidade da teoria de gerar previsões que são confirmadas quando coletamos os dados empíricos relevantes. A *abrangência* se refere ao alcance ou completude dessas derivações. Podemos ter uma teoria que gera conseqüências freqüentemente confirmadas, mas que lida apenas com alguns aspectos dos fenômenos que nos interessam. Idealmente, a teoria deve levar a previsões acuradas que tratem de forma geral ou inclusiva os eventos empíricos que ela pretende abranger.

É importante distinguir entre o que pode ser chamado de geração sistemática e geração heurística de pesquisa. Está claro que, no caso ideal, a teoria permite a derivação de proposições específicas testáveis, e estas, por sua vez, levam a estudos empíricos específicos. Entretanto, também acontece que muitas teorias, como por exemplo as de Freud e Darwin, exercem um grande efeito sobre os caminhos investigativos sem a mediação de proposições explícitas. Essa capacidade de uma teoria gerar pesquisa ao sugerir idéias ou inclusive ao despertar descrença e resistência pode ser referida como a *influência heurística da pesquisa*. Ambos os tipos de influência são muito importantes.

Uma segunda função da teoria é permitir a *incorporação de achados empíricos conhecidos* a uma estrutura logicamente consistente e razoavelmente simples. Uma teoria é um meio de organizar e integrar tudo o que é conhecido sobre um conjunto de eventos relacionados. Uma teoria adequada do comportamento psicótico deve ser capaz de organizar tudo o que se sabe sobre a esquizofrenia e sobre as outras psicoses em uma estrutura compreensível e lógica. Uma teoria da aprendizagem satisfatória deve abranger de maneira

consistente todos os achados confiáveis relativos ao processo de aprendizagem. As teorias sempre começam com algo que foi observado e relatado até o momento. Isto é, as teorias começam em uma fase indutiva e são orientadas e em certa extensão controladas por aquilo que sabemos. Entretanto, se as teorias não fizessem nada além de tornar consistente e ordenado o presentemente conhecido, elas teriam apenas uma função menor. Nessas circunstâncias, o investigador persistente estaria justificado em sua convicção de que as teorias são apenas uma penugem verbal fluando na esteira da experimentação, que constitui o verdadeiro trabalho da ciência. O empiricista que insiste que as teorias são meramente racionalizações depois-do-fato daquilo que o investigador já relatou deixa de apreciar que a principal função da teoria é apontar relações novas e ainda não-observadas. A produtividade da teoria é testada antes-do-fato, não depois-do-fato.

A *simplicidade*, ou parcimônia, também é importante, mas só depois de terem sido resolvidas as questões de abrangência e de verificabilidade. Ela só se torna uma questão quando duas teorias geram exatamente as mesmas conseqüências. À medida que as teorias diferem nas derivações que podem ser feitas referentes aos mesmos eventos empíricos, a escolha entre duas teorias deve ser decidida em termos da extensão em que essas previsões diferem em verificação. Assim, só quando temos uma tautologia – duas teorias chegando às mesmas conclusões a partir de termos diferentes – é que a simplicidade se torna uma questão importante. Existem alguns exemplos dessa situação na ciência e nenhum, pelo que sabemos, na psicologia. A simplicidade, como oposta à complexidade, é uma questão de valor ou preferência pessoal na teorização da personalidade, e não um atributo que deve necessariamente ser valorizado ou buscado.

Uma outra função da teoria é *evitar que o observador fique ofuscado pela complexidade total dos eventos naturais ou concretos*. A teoria é um conjunto de anteparos e diz ao usuário que ele não precisa se preocupar com todos os aspectos do evento que está estudando. Para o observador não-treinado, qualquer evento comportamental razoavelmente complexo parece oferecer incontáveis meios diferentes de analisar ou de descrever o evento – e realmente oferece. A teoria permite que o observador abstraia a partir da complexidade natural de uma maneira sistemática e

eficiente. As pessoas abstraem e simplificam quer usem ou não uma teoria. No entanto, se não seguirmos a orientação de uma teoria explícita, os princípios que determinam a nossa visão ficarão escondidos em suposições implícitas e em atitudes das quais não estamos conscientes. A teoria específica para o usuário um número limitado de dimensões, variáveis ou parâmetros mais ou menos definidos e de importância crucial. Os outros aspectos da situação podem em certa extensão ser ignorados do ponto de vista desse problema. Uma teoria útil vai detalhar instruções explícitas sobre os tipos de dados que devem ser coletados em relação a um determinado problema. Conseqüentemente, como poderíamos esperar, os indivíduos com posições teóricas drasticamente diferentes podem estudar o mesmo evento empírico e fazer observações bem diferentes.

Nos últimos anos, um crescente número de psicólogos adotou o raciocínio teórico e a terminologia de Thomas Kuhn (1970). Em uma monografia muito interessante, ainda que excessivamente simplificada, Kuhn sugere que o avanço científico pode ser descrito com extrema precisão como consistindo em uma série de passos revolucionários, cada um acompanhado de seu próprio *paradigma* característico e dominante. Segundo Kuhn, cada campo científico emerge de maneira desajeitada e descoordenada, com o desenvolvimento de linhas diversas de investigação e de idéias teóricas que preservam sua posição autônoma e competitiva, até que um determinado conjunto de idéias assuma o *status* de um paradigma. Ele sugere que esses paradigmas servem para

“definir os problemas e os métodos legítimos de um campo de pesquisa para as próximas gerações de praticantes. Eles permitiam isso porque apresentavam duas características essenciais. Sua realização foi suficientemente inédita para atrair um grupo duradouro de adeptos, afastando-os de modos concorrentes de atividade científica. Simultaneamente, (eles estavam) . . . suficientemente abertos para deixar todo tipo de problema para o novo grupo de praticantes resolver . . . Essas são as tradições que o historiador descreve sob rubricas como ‘astronomia ptolemaica’ (ou ‘copérmica’), ‘dinâmica aristotélica’ (ou ‘newtoniana’), ‘ótica corpuscular’ (ou ‘ótica de onda’) e assim por diante.” (p. 10)

É interessante especular acerca do *status* paradigmático da teoria e da pesquisa sobre a personalidade. Para aqueles que adotam este idioma, parece mais fácil ver essa área como em um estado pré-paradigmático. Isto é, embora existam muitos conjuntos de idéias sistemáticas, ou um pouco sistemáticas, nenhum deles adquiriu uma posição de real dominância. Não existe nenhuma teoria única que sirva como um “paradigma” para ordenar achados conhecidos, determinar a relevância, ser algo estabelecido contra o qual rebeldes possam rebelar-se e ditar o melhor caminho para futuras investigações. Alguns teóricos da personalidade começaram a tratar do *status* paradigmático do campo. Eysenck, em particular, afirmou que o modelo dimensional da personalidade oferece “pelo menos o início de um paradigma no campo da personalidade” (1983, p. 369; ver também 1991).

UMA TEORIA DA PERSONALIDADE

Nós concordamos que a personalidade é definida pelos conceitos específicos contidos em uma dada teoria, que são considerados adequados para a descrição ou entendimento completos do comportamento humano. Também concordamos que uma teoria consiste em um conjunto de suposições relacionadas referentes aos fenômenos empíricos e às definições empíricas relevantes que permitem que o usuário passe da teoria abstrata para a observação empírica. Por simples acréscimo, temos a implicação de que uma teoria da personalidade deve ser um conjunto de suposições relevantes para o comportamento humano, juntamente com as definições empíricas necessárias. Existe também a exigência de que a teoria seja relativamente abrangente. Ela deve estar preparada para lidar com uma ampla variedade de comportamentos humanos ou fazer predições sobre eles. De fato, a teoria deve estar preparada para lidar com qualquer fenômeno comportamental que possua significado para o indivíduo.

O que foi dito até este ponto possui uma validade formal que, todavia, não se sustenta em uma análise cuidadosa das teorias existentes sobre a personalidade. A nossa discussão é importante para identificar as qualidades às quais todos os teóricos aspiram, e também dá uma idéia de como as teorias da personali-

de devem ser. Entretanto, está claro que no presente elas não são assim. Devemos dizer uma palavra sobre como elas diferem do ideal, tanto em estrutura quanto em função.

Em primeiro lugar, como veremos, a maioria das teorias carece de clareza. Geralmente é bem difícil entender as suas suposições ou a sua base axiomática. As teorias da personalidade são freqüentemente embaladas em vistosas imagens lingüísticas que podem servir muito bem como um meio de persuadir o leitor relutante, mas que freqüentemente servem para ocultar e esconder as suposições específicas subjacentes à teoria. Em outras palavras, a maioria das teorias não é apresentada de uma maneira direta e ordenada. De fato, muitas delas parecem mais orientadas para a persuasão do que para a exposição. Relacionada a essa falta de definição está uma freqüente confusão sobre aquilo que é dado ou suposto e aquilo que é afirmado empiricamente e aberto a testes. Como todos já concordamos, são apenas as derivações ou as predições geradas pela teoria que estão abertas a testes empíricos. O restante da teoria é suposto ou dado e não deve ser julgado em termos de confirmação ou refutação, e sim em termos de quão exitosamente consegue gerar proposições verificadas. Em geral, então, a distinção entre a teoria da personalidade em si e suas implicações ou derivações muitas vezes não é mantida.

Uma conseqüência inevitável da falta de clareza referente à natureza das suposições subjacentes à teoria é a existência de uma séria confusão no processo de derivar declarações empíricas da teoria. Assim, existe a possibilidade de diferentes indivíduos, usando a mesma teoria, chegarem a derivações conflitantes. Na verdade, o processo de derivação, na maioria das teorias da personalidade, é casual, obscuro e ineficiente. Isso é um reflexo não só da falta de clareza dessas teorias, mas também do fato de a maioria dos teóricos da personalidade ter sido orientada para a explicação depois-do-fato, e não para a geração de novas predições referentes ao comportamento. Finalmente, está claro que, embora as teorias da personalidade variem em seu cuidado ao especificar definições empíricas, nenhuma delas atinge um padrão muito bom em termos absolutos.

As declarações que acabamos de fazer sobre o *status* formal das teorias da personalidade podem parecer suficientemente desanimadoras para justificar o

abandono das tentativas de construir uma dessas teorias neste momento. Não seria melhor esquecer no presente as teorias e focalizar os instrumentos empíricos e os achados empíricos específicos? Enfaticamente, não! Tal decisão não envolve desistir de uma teoria inadequada e ficar sem nenhuma teoria, mas envolve a substituição de uma teoria implícita por uma explícita. Não existe isso de “nenhuma teoria”; conseqüentemente, no momento em que tentamos esquecer as teorias “por enquanto”, estamos na verdade empregando suposições implícitas sobre o comportamento, pessoalmente determinadas e talvez inconsistentes. Essas suposições não-identificadas vão determinar o que será estudado e como. A observação de qualquer evento concreto empírico é realizada sob os ditados de alguma “teoria” – isto é, prestamos atenção a certos fatos e ignoramos outros – e um dos propósitos da teorização é tornar explícitas as regras que determinam esse processo de abstração. A possibilidade de melhorar as suposições que estão controlando a pesquisa é eliminada no momento em que alguém desiste de tentar definir a base teórica a partir da qual opera.

Por piores que sejam as teorias da personalidade quando comparadas ao ideal, elas ainda representam um passo à frente considerável quando comparadas ao pensamento do observador ingênuo que está convencido de estar abarcando ou examinando a realidade da única maneira razoável. Mesmo que as teorias da personalidade não possuam o grau de clareza que poderíamos desejar, sua mera existência possibilita buscarmos essa meta de maneira sistemática.

Dado que as teorias da personalidade geralmente não permitem um processo de derivação tão explícito quanto desejaríamos, que função elas têm para o indivíduo que as maneja? No mínimo, elas representam um agrupamento de atitudes (suposições) referentes ao comportamento, que de uma maneira ampla limita os tipos de investigação a serem considerados cruciais ou importantes. Além de estimular certos tipos gerais de pesquisa, elas também oferecem parâmetros ou dimensões específicas consideradas importantes na exploração desses problemas. Assim, mesmo que a teoria não ofereça uma proposição exata para ser testada, ela orienta o teórico para certas áreas de problema e indica que determinadas variáveis são de importância central no estudo desses problemas. Além disso, temos de considerar o valor heurístico dessas

teorias. Tomadas como grupo, as teorias da personalidade são altamente provocativas e, como iremos descobrir, levaram a muitas pesquisas, mesmo que relativamente poucas tenham sido o resultado de um processo formal de derivação. Em outras palavras, a capacidade dessas teorias de gerar idéias, de estimular a curiosidade, de despertar dúvidas, ou de levar a convicções resultou em um sadio florescimento de investigações, apesar de sua falta de elegância formal.

A TEORIA DA PERSONALIDADE E OUTRAS TEORIAS PSICOLÓGICAS

A nossa discussão, até o momento, leva à conclusão de que uma teoria da personalidade deve consistir em um conjunto de suposições referentes ao comportamento humano, juntamente com regras para relacionar essas suposições e definições para permitir sua interação com eventos empíricos ou observáveis. Neste ponto, seria razoável perguntar se essa definição de alguma maneira diferencia as teorias da personalidade de outras teorias psicológicas. Ao responder a essa pergunta, convém começar com uma distinção entre dois tipos de teoria psicológica.

É evidente que certas teorias psicológicas parecem estar prontas para lidar com qualquer evento comportamental que possa ser importante no ajustamento do organismo humano. Outras teorias se limitam especificamente ao comportamento conforme ele ocorre sob certas condições cuidadosamente prescritas. Essas teorias professam interesse apenas em aspectos limitados do comportamento humano. Uma teoria que tenta lidar com todos os fenômenos comportamentais de importância demonstrada pode ser referida como uma *teoria geral do comportamento*, e aquelas teorias que restringem seu foco a certas classes de eventos comportamentais são chamadas de *teorias de domínio único*.

As teorias da personalidade se encaixam claramente na primeira categoria: elas são teorias gerais do comportamento. Essa simples observação serve para separar a teoria da personalidade da maioria das outras teorias psicológicas. As teorias da percepção, audição, memória, aprendizagem motora, discriminação e as muitas outras teorias especiais dentro da psicologia são teorias de domínio único e podem ser distin-

guidas da teoria da personalidade em termos de alcance ou abrangência. Elas não têm a pretensão de ser uma teoria geral do comportamento e contentam-se em desenvolver conceitos apropriados para a descrição e predição de uma série limitada de eventos comportamentais. Mas, de modo geral, as teorias da personalidade aceitam o desafio de explicar ou incorporar eventos de natureza muito variada, desde que eles possuam uma importância funcional demonstrada para o indivíduo.

O fato de testes de personalidade planejados para medir componentes da personalidade serem freqüentemente usados na psicologia social e em outros ramos da psicologia não deve obscurecer esse ponto. Como Lamiell salientou, existe uma distinção entre a *psicologia da personalidade*, que focaliza consistências “temporais e transituacionais” dentro das pessoas, isto é, “no nível do indivíduo” (1981, p. 280), e a *psicologia diferencial*, que focaliza o desempenho relativo das pessoas em geral em alguma característica de interesse. As teorias da personalidade abrangem uma ampla variedade de comportamentos e de processos e consideram o indivíduo como uma unidade integrada. A pesquisa da personalidade baseia-se em uma teoria geral do indivíduo como um todo em funcionamento e não emprega medidas *ad hoc* ou isoladas de tendências de resposta.

Resta a pergunta sobre se existem teorias gerais do comportamento que normalmente não seriam chamadas de teorias da personalidade. Uma possibilidade é a teoria da aprendizagem ser em alguns casos suficientemente generalizada para constituir uma teoria geral do comportamento. Esse é claramente o caso e, como veremos com detalhes mais tarde, alguns teóricos tentaram generalizar as teorias da aprendizagem de modo que fossem comparáveis em abrangência a qualquer outra teoria geral do comportamento. Nesses casos, a teoria de aprendizagem deixa de ser meramente uma teoria da aprendizagem e torna-se uma teoria da personalidade ou uma teoria geral do comportamento. É verdade que tais modelos generalizados possuem certas características distintivas que lembram sua origem, mas, em intenção e propriedades lógicas, elas não são diferentes de qualquer outra teoria da personalidade.

A reunião de teorias que tiveram suas origens nos laboratórios com animais e nas teorias que se originaram dos consultórios dos terapeutas pode parecer for-

çada para muitos observadores. Entretanto, se considerarmos as teorias do ponto de vista daquilo que pretendem fazer e de sua estrutura geral, e não do ponto de vista de onde vêm ou das suposições detalhadas que fazem sobre o comportamento, fica claro que qualquer teoria geral do comportamento é igual a qualquer outra. Nesse sentido, todas as teorias gerais do comportamento são teorias da personalidade e vice-versa. Dentro desse grande grupo de teorias, podemos fazer muitas distinções, é claro. A próxima seção trata de alguns atributos em termos dos quais as teorias da personalidade podem ser diferenciadas ou comparadas.

A COMPARAÇÃO DAS TEORIAS DA PERSONALIDADE

O fato mais notável com o qual o estudante da personalidade se depara é a multiplicidade de teorias da personalidade. A confusão aumenta quando lhe dizem que é impossível afirmar qual teoria está certa ou é melhor do que as outras. Essa incerteza é tipicamente atribuída à qualidade recente do campo e à dificuldade do assunto. Neste ponto, em vez de perguntar se as teorias estão certas ou erradas, o estudante é aconselhado a adotar uma estratégia comparativa. Uma boa base racional para essa abordagem vem de George Kelly, cuja teoria é apresentada no Capítulo 10. Kelly aborda a personalidade da posição filosófica que ele chama de *alternativismo construtivo*. Colocando-a simplesmente, Kelly sugere que as pessoas diferem em sua maneira de perceber, ou construir, a realidade. As pessoas diferentes constroem ou interpretam o mundo de maneiras diferentes e, conseqüentemente, agem de maneiras diferentes. Nenhuma dessas construções alternativas está necessariamente certa ou errada; mais propriamente, cada uma tem implicações diferentes. Essa mesma abordagem sugere que as teorias da personalidade possibilitam construções alternativas da personalidade, nenhuma das quais está completamente certa ou errada, cada uma das quais tem diferentes forças e fraquezas, e cada uma das quais enfatiza diferentes componentes do comportamento.

Este texto foi organizado para facilitar este processo comparativo. Primeiro, as teorias estão agrupa-

das em quatro famílias, sendo que as teorias de cada família compartilham certas características. As teorias *psicodinâmicas* enfatizam os motivos inconscientes e o conflito intrapsíquico resultante. As teorias *estruturais* focalizam as diferentes tendências comportamentais que caracterizam os indivíduos. As teorias *experenciais* observam a maneira pela qual a pessoa *percebe a realidade* e experiencia seu mundo. Finalmente, as teorias *da aprendizagem* enfatizam a base aprendida das tendências de resposta, com uma ênfase no processo de aprendizagem em vez de nas tendências resultantes. Cada conjunto de teorias será introduzido com uma descrição mais completa das características da família.

Segundo, alguns aspectos da personalidade são discutidos por diferentes teóricos. Por exemplo, a ansiedade, o senso de competência, o conflito intrapsíquico e o nível de sociabilidade desempenham papéis centrais em muitas das teorias que o estudante vai encontrar neste livro. Por um lado, isso é alentador, porque a convergência de diferentes teóricos em determinadas facetas da personalidade sugere que essas características são reais e importantes. Por outro lado, isso pode ser desorientador, uma vez que os diferentes teóricos necessariamente empregam linguagens específicas das próprias teorias para discutir essas características. Para ajudar o estudante a compreender essas convergências, nós incluiremos uma discussão explícita das *traduções* entre as teorias apresentadas.

Finalmente, existem várias qualidades pelas quais as teorias da personalidade podem ser comparadas e distinguidas. Nós agora apontamos algumas das mais importantes destas dimensões. Os atributos se dividem naturalmente entre aqueles referentes a questões de adequação formal e os referentes à natureza substantiva da teoria.

Atributos Formais

Aqui estamos interessados em quão adequadamente a estrutura da teoria é desenvolvida e apresentada. Essas qualidades representam um ideal, e quanto mais perto a teoria chega dele, mais efetivamente pode ser usada.

A questão da *clareza e explicitação* é de imensa importância. Essa é uma questão de quão claramente e precisamente as suposições e os conceitos inseridos que constituem a teoria são apresentados. Em um dos

extremos, a teoria pode ser enunciada em termos de uma notação matemática, com uma definição precisa de todos os termos, com exceção dos primitivos, de modo que a pessoa adequadamente treinada possa empregar a teoria com um mínimo de ambigüidade. Nessas circunstâncias, diferentes indivíduos, empregando a teoria independentemente, chegarão a fundamentos ou derivações extremamente parecidos. No outro extremo, encontramos teorias apresentadas com tal excesso de descrição vívida e complexa que é extremamente difícil para a pessoa que vai empregar a teoria saber ao certo com o que exatamente está lidando. Nessas circunstâncias, há pouca probabilidade de que indivíduos, usando a teoria de forma independente, cheguem às mesmas formulações ou derivações. Ficará claro, à medida que prosseguirmos, que não existe uma teoria da personalidade que se aproxime bastante do ideal da notação matemática; no entanto, dado o livre uso da descrição verbal, vamos descobrir que existe uma considerável variação entre as teorias da personalidade na clareza de sua exposição.

Uma outra pergunta é a questão de *quão bem a teoria se relaciona aos fenômenos empíricos*. Aqui estamos preocupados com a explicitação e a praticidade das definições propostas para traduzir as concepções teóricas em operações de mensuração. Em um dos extremos, encontramos teorias que prescrevem operações relativamente exatas para avaliar ou medir cada um dos seus termos empíricos. Em outros casos, o teórico parece supor que o nome atribuído ao conceito é uma operação definidora suficiente em si mesma.

Talvez este seja um lugar apropriado para enfatizar novamente a nossa convicção de que todas as questões de adequação formal diminuem de importância diante da pergunta sobre *quais pesquisas empíricas foram geradas pela teoria*. Por mais vaga e maldesenvolvida que seja a teoria, e por mais inadequadas que sejam sua sintaxe e definições empíricas, ela passa no teste crucial se provarmos que tem um efeito generativo sobre áreas de pesquisa significativas. Assim, a questão do resultado, que supera, e na verdade torna triviais todas as questões de adequação formal, é a questão de quanta pesquisa importante a teoria produziu. Não é fácil concordar sobre o que é pesquisa importante, especialmente porque a importância será em grande parte determinada pela posição teórica do

juiz. Também é verdade que nem sempre é fácil dizer exatamente qual foi o processo que levou à realização de uma investigação específica. Assim, o papel generativo da teoria pode ser difícil de avaliar. Apesar disso, existem diferenças claras e perceptíveis entre as teorias da personalidade na extensão em que foram traduzidas em investigações de interesse geral.

Atributos Substantivos

Embora os atributos formais que acabamos de descrever apresentem um valor normativo ou padrão em termos do qual cada teoria pode ser comparada, os seguintes atributos não possuem essa implicação avaliativa. Eles são neutros em relação ao bom e ao mau e refletem simplesmente as suposições particulares da teoria sobre o comportamento.

As diferenças de conteúdo entre as teorias da personalidade refletem naturalmente as questões atuais mais importantes nessa área. Portanto, nas páginas seguintes, não só apresentaremos as dimensões que podem ser usadas para a comparação das teorias da personalidade, mas também destacaremos as opções mais importantes para um teórico nessa área. Seria perfeitamente apropriado dar a esta seção o título "questões na teoria da personalidade".

Mais antiga que a história da psicologia é a pergunta sobre se o comportamento humano deve ser visto como possuindo *qualidades intencionais ou teleológicas*. Algumas teorias do comportamento criam um modelo do indivíduo em que a busca de objetivos, o propósito e o empenho são vistos como aspectos essenciais e centrais do seu comportamento. Outras teorias supõem que os aspectos de empenho e busca no comportamento não são importantes, e acreditam que o comportamento pode ser explicado adequadamente sem essa ênfase. Estes últimos teóricos consideram os elementos subjetivos do empenho e da busca como um epifenômeno, acompanhando o comportamento, mas não desempenhando um papel determinante em sua instigação. As teorias que minimizam a importância do propósito ou da teleologia geralmente são chamadas de "mecanicistas".

Um outro antigo debate se refere à importância relativa dos *determinantes conscientes e inconscientes do comportamento*. Essa questão também poderia ser enunciada em termos da relativa racionalidade ou irra-

cionalidade do comportamento humano. O termo *inconsciente* é usado aqui simplesmente para se referir aos determinantes do comportamento dos quais o indivíduo não está consciente e que é incapaz de trazer para a consciência exceto em condições especiais. As teorias da personalidade variam daquelas que rejeitam explicitamente qualquer consideração de determinantes inconscientes do comportamento, ou que se recusam a aceitar a existência desses determinantes, às teorias que os consideram os mais importantes ou poderosos determinantes do comportamento. Um meio termo é ocupado pelos teóricos que estão dispostos a atribuir um papel central aos determinantes inconscientes no comportamento dos indivíduos perturbados ou anormais, mas afirmam que para o indivíduo normal os motivos conscientes são as forças governantes.

Uma distinção fundamental entre as teorias da personalidade tem relação com a extensão em que o *processo de aprendizagem*, ou a modificação do comportamento, é uma questão que recebe uma atenção detalhada e explícita. Alguns teóricos da personalidade vêem no entendimento do processo da aprendizagem a chave para todos os fenômenos comportamentais. Para outros teóricos, a aprendizagem é um problema importante, mas secundário. Embora nenhum teórico da personalidade vá negar a importância da aprendizagem, veremos que alguns preferem focalizar as aquisições ou os resultados da aprendizagem ao invés do processo em si. Essa questão se tornou um ponto de discordância entre aqueles que querem tratar principalmente do processo de mudança e aqueles que se mostram mais interessados nas *estruturas ou aquisições estáveis da personalidade* em qualquer momento dado.

Uma questão tão antiga quanto o pensamento humano sobre a humanidade é a pergunta sobre a relativa importância da genética, ou dos *fatores hereditários* na determinação do comportamento. Praticamente ninguém vai negar que os fatores hereditários têm implicações para o comportamento, mas existem teóricos da personalidade que diminuem dramaticamente a sua importância, insistindo que todos os fenômenos comportamentais importantes podem ser compreendidos sem recorrermos ao biológico e ao genético. Na América, o papel dos fatores da hereditariedade tem sido historicamente subestimado em

favor de algum tipo de ambientalismo, mas há uma considerável variação entre os teóricos no que se refere ao manejo e à aceitação dos fatores genéticos.

Uma dimensão adicional em termos da qual as teorias da personalidade mostram uma considerável variação tem a ver com a relativa importância das *experiências desenvolvimentais iniciais*. A teoria atribui uma importância estratégica e crítica aos eventos que ocorreram no período de bebê e na infância maior do que a importância atribuída aos eventos ocorridos em estágios posteriores do desenvolvimento? Como descobriremos, algumas teorias defendem que a chave para o comportamento adulto é encontrada em eventos que aconteceram nos primeiros anos de desenvolvimento, enquanto outras afirmam explicitamente que o comportamento só pode ser compreendido e explicado em termos dos eventos contemporâneos ou atuais. Relacionada a essa questão, está a extensão em que os teóricos consideram a estrutura da personalidade, em um determinado ponto do tempo, como autônoma ou funcionalmente distinta das experiências que precederam esse ponto. Para certos teóricos, o entendimento do comportamento em termos de *fatores contemporâneos* não só é possível, mas é também o único caminho defensável para esse entendimento. Para outros, uma compreensão razoável do presente sempre depende parcialmente do conhecimento de eventos que ocorreram no passado. Naturalmente, aqueles que enfatizam o ponto de vista contemporâneo estão convencidos da independência funcional da estrutura da personalidade em qualquer momento específico no tempo, enquanto os que enfatizam a importância da experiência passada ou inicial estão menos convencidos da liberdade da estrutura presente em relação à influência dos eventos passados.

Estreitamente relacionada a essa questão está a questão da *continuidade ou descontinuidade* do comportamento em diferentes estágios do desenvolvimento. A maioria das teorias que enfatizam o processo de aprendizagem e/ou a importância das experiências desenvolvimentais iniciais tende a ver o indivíduo como um organismo em constante desenvolvimento. A estrutura observada em um dado ponto do tempo está relacionada de maneira determinante à estrutura e às experiências que ocorreram em um ponto anterior. Outras teorias tendem a considerar o organismo como atravessando estágios de desenvolvimento relativa-

mente independentes e funcionalmente separados dos estágios iniciais de desenvolvimento. Este último ponto de vista pode levar à construção de teorias drasticamente diferentes para o comportamento do bebê e o comportamento do adulto.

Uma diferença importante entre as teorias da personalidade está na extensão em que elas adotam princípios holísticos. Isto é, elas consideram legítimo abstrair e analisar de modo que, em um dado momento, ou em um estudo específico, seja examinada apenas uma pequena parte do indivíduo? Os indivíduos que adotam uma posição holística consideram que o comportamento só pode ser compreendido no contexto, de modo que devemos considerar simultaneamente a pessoa total, em funcionamento, juntamente com as porções significativas de seu ambiente, para que tenhamos um bom resultado. Outras teorias aceitam o fato de que a própria natureza da ciência necessita de análise. Essas posições normalmente não mostram nenhuma preocupação especial com a violação da integridade do organismo total que pode existir nos estudos segmentais.

Tal ênfase na totalidade do indivíduo e do ambiente pode ser analisada de duas formas distintas. A primeira normalmente é referida como uma *posição organísmica*. Aqui existe uma ênfase maior no inter-relacionamento de tudo o que o indivíduo faz: cada ato só pode ser compreendido contra o pano de fundo oferecido pelos outros atos da pessoa. Não só existe uma implicação de que todos os comportamentos são essencialmente inter-relacionados e não-suscetíveis a técnicas de análise, mas geralmente também existe um interesse pelas bases orgânicas do comportamento. Conseqüentemente, o comportamento deve ser visto em função da perspectiva oferecida pelos outros atos do indivíduo, assim como em função da perspectiva oferecida pelos processos fisiológicos e biológicos concomitantes. Todos os comportamentos e o funcionamento biológico da pessoa constituem um todo orgânico que não pode ser compreendido se estudado de modo segmentado.

A segunda posição holística normalmente é referida como uma *ênfase no campo*. Aqui, a teoria se preocupa principalmente com a unidade indivisível de um determinado ato comportamental e o contexto ambiental em que ele ocorre. Tentar compreender uma dada forma de comportamento sem especificar com detalhes o “campo” em que ele ocorre é tentar com-

preender sem considerar os fatores significativos. Embora o comportamento seja parcialmente um resultado de determinantes inerentes ao indivíduo, existem forças externas igualmente convincentes que agem sobre a pessoa. É só quando o ambiente significativo do indivíduo está inteiramente representado que essas forças, agindo fora da pessoa, podem receber a devida atenção. Existe uma forte tendência, nos teóricos que enfatizam a importância do “campo”, de minimizar a importância dos fatores hereditários, assim como dos eventos que ocorreram no início do desenvolvimento. Essa não é uma necessidade lógica, mas na prática a maioria dos teóricos que se centraram no contexto ambiental do indivíduo enfatiza o presente ao invés do passado e está mais interessada no que está “lá fora” e não nos aspectos inatos do indivíduo.

Relacionada à questão do holismo está a questão da *singularidade* ou individualidade. Certas teorias superestimam muito o fato de que cada indivíduo e, na verdade, cada ato é único e não pode ser duplicado por qualquer outro indivíduo ou ato. Elas salientam que sempre existem qualidades distintivas e importantes que destacam o comportamento de um indivíduo do comportamento de todas as outras pessoas. Em geral, o indivíduo que adota fortemente um ponto de vista de campo ou organísmico tende a enfatizar também a singularidade. Isso decorre naturalmente do fato de que, se ampliarmos suficientemente o contexto que deve ser considerado em relação a cada evento comportamental, ele passará a ter tantas facetas que certamente apresentará diferenças distintas em comparação com todos os outros eventos. Algumas teorias aceitam o fato de que cada indivíduo é único, mas propõem que essa singularidade pode ser explicada em termos de diferenças na configuração das mesmas variáveis subjacentes. Outras teorias afirmam que os indivíduos nem sequer podem ser comparados proveitosamente em termos de variáveis comuns ou gerais, pois elas distorcem e representam mal a singularidade do indivíduo. As teorias da personalidade variam das que não fazem nenhuma menção especial à singularidade àquelas para as quais esta é uma das suposições mais centrais. Tais teorias costumam descrever uma hierarquia, variando de comportamentos específicos a tendências comportamentais mais amplas e a princípios gerais de comportamento (p. ex., Raymond Cattell e Hans Eysenck). Isto é, essas teorias sugerem que o grau de individualidade ou

de generalidade depende do nível de análise que decidimos adotar.

Intimamente associada às questões de holismo e singularidade está a amplitude da unidade de comportamento empregada na análise da personalidade. Aqueles teóricos que são holistas relativos ou absolutos escolhem analisar o comportamento só no nível da pessoa completa, enquanto outros teóricos da personalidade empregam constructos de graus variados de especificidade ou elementalismo. Isso já foi referido como uma escolha entre uma abordagem *molar* (geral) e uma abordagem *molecular* (específica) ao estudo do comportamento. No segmento mais extremo desse contínuo, está o teórico que acredita que o comportamento deve ser analisado em termos de reflexos ou hábitos específicos; na outra extremidade, está o observador disposto a ver o comportamento em algum nível mais molecular do que a pessoa inteira funcionando. Como veremos, pesquisas recentes sobre a utilidade diferencial dos constructos de personalidade amplos *versus* limitados e a importância de se “agregar” observações isoladas em escalas desempenharam um papel importante na solução do debate entre aqueles que defendem o comportamento como determinado pela situação e aqueles que enfatizam o papel determinante das características de personalidade.

Existe uma distinção relacionada entre as teorias que lidam extensivamente com o conteúdo do comportamento e sua descrição e as que lidam principalmente com princípios gerais, leis e análises formais. Os teóricos podem concentrar-se nos detalhes concretos da experiência e do comportamento ou preocupar-se principalmente com leis ou princípios que podem ser amplamente generalizados. Tipicamente, quanto mais abstração tiver a teoria, menor a preocupação com o conteúdo ou com os detalhes concretos do comportamento.

Certos teóricos da personalidade centraram sua posição teórica na importância do *ambiente psicológico* ou da estrutura subjetiva de referência. Eles enfatizam que o mundo físico e seus eventos só afetam os indivíduos se eles os perceberem ou experienciarem. Assim, não é a realidade objetiva que serve como um determinante do comportamento, e sim a realidade objetiva conforme é *percebida* ou “significada” pelo indivíduo. É o ambiente psicológico, não o ambiente físico, que determina a maneira pela qual o indivíduo

vai responder. Contraopondo-se, existem posições teóricas que afirmam ser impossível construir uma teoria sólida do comportamento sobre as areias movediças dos relatos subjetivos ou das complicadas inferências necessárias para inferir “significado” dos eventos físicos. Tais teorias afirmam que podemos progredir mais, deixando de lado as diferenças individuais na maneira de perceber o mesmo evento objetivo e focalizando as relações, envolvendo eventos externos e observáveis.

Uma outra distinção entre os teóricos da personalidade tem relação com o fato de acharem ou não necessário introduzir um *autoconceito*. Para certos teóricos, o atributo humano mais importante é a visão ou a percepção que o indivíduo tem de si mesmo. Esse processo de auto-exame frequentemente é visto como a chave para o entendimento da multiplicidade de eventos comportamentais surpreendentes apresentados pelas pessoas. Em outras teorias, não existe esse conceito, e a percepção do sujeito de si mesmo é considerada de pouca importância geral.

Uma característica do autoconceito que merece especial atenção é o senso de *competência* do indivíduo. Alguns teóricos propuseram que estabelecer e manter um senso de poder, controle ou competência pessoal funciona como um motivo predominante. Além disso, o grau de competência, quer em domínios gerais, quer específicos, existe como uma característica central da autodefinição e do senso de valor do indivíduo. Outros teóricos não reconhecem a existência de um motivo autônomo como esse. Tal constructo pode ser descrito em vários termos, mas serve como um princípio organizador para o autoconceito naquelas teorias que o incluem.

Os teóricos da personalidade variam muito na extensão em que enfatizam explicitamente os *determinantes* comportamentais culturais ou a *condição de membro de um grupo*. Em algumas teorias, esses fatores recebem um papel principal, modelando e controlando o comportamento; em outras, a ênfase é quase exclusivamente nos determinantes do comportamento que operam independentemente da sociedade ou dos grupos culturais aos quais o indivíduo está exposto. Em geral, os teóricos caracterizados por uma pesada ênfase organísmica tendem a subestimar o papel dos determinantes comportamentais da condição de membro de um grupo. Aqueles que enfatizam o campo em que o comportamento ocorre vêem com mais

simpatia o papel dos determinantes socioculturais ou da condição de membro de um grupo. Os exemplos extremos dessa posição, normalmente referidos como exemplos de determinismo cultural, são encontrados entre teóricos antropológicos e sociológicos, mas os teóricos psicológicos também apresentam considerável variação nessa questão.

Além disso, temos a questão mais geral de quanto explicitamente os teóricos da personalidade tentam relacionar sua teoria à teorização e aos achados empíricos das disciplinas correlatas. Isso poderia ser referido como uma questão de *ancoramento interdisciplinar*. Alguns teóricos da personalidade ficam relativamente satisfeitos ao lidar com os fenômenos comportamentais em termos de conceitos e achados psicológicos, com pouca ou nenhuma atenção ao que está acontecendo nas disciplinas afins. Outros julgam que a teorização psicológica deve basear-se nas formulações e nos achados de outras disciplinas. Os psicólogos da personalidade “orientados para outras disciplinas” podem ser divididos em dois tipos básicos: os que buscam orientação nas *ciências naturais* (biologia, fisiologia, neurologia, genética) e os que buscam orientação nas *ciências sociais* (sociologia, antropologia, economia, história).

As teorias da personalidade mostram grande variação no número de conceitos motivacionais que empregam. Em alguns casos, considera-se que um ou dois desses conceitos estão na base de todos os comportamentos; para outras teorias, existe um número extremamente grande de motivos hipotetizados; e para outras, ainda, o número é praticamente ilimitado. Também existem diferenças consideráveis entre as teorias na atenção dada aos motivos primários, ou inatos, em oposição aos motivos secundários, ou adquiridos. Além disso, algumas teorias oferecem um quadro relativamente detalhado do processo pelo qual os motivos adquiridos se desenvolvem, enquanto outras pouco se interessam pela derivação ou aquisição de motivos.

Um outro aspecto em que as teorias da personalidade variam bastante é a extensão em que lidam com aspectos avaliativos ou *ideais do comportamento*. Al-

guns teóricos oferecem uma rica descrição dos componentes sadios ou ideais da personalidade, enquanto outros se limitam a uma descrição objetiva ou fatural, sem nenhum esforço para indicar o positivo e o negativo ou inclusive o normal e o anormal. Alguns teóricos estão muito mais preocupados com as características da pessoa madura ou ideal, enquanto outros relutam em considerar uma forma de ajustamento como necessariamente superior à outra.

Algumas teorias da personalidade derivam-se de e são mais relevantes para a descrição do *comportamento anormal ou patológico*. Outras teorias e teóricos centram-se no normal ou no melhor que o normal. As teorias com origens nas clínicas psiquiátricas, nos centros de aconselhamento e nos consultórios de terapeutas certamente têm mais a dizer sobre o comportamento desviante ou anormal, enquanto as teorias derivadas do estudo das crianças e dos estudantes universitários são mais descritivas e representativas do intervalo relativamente normal de personalidade.

Nós agora encerramos nossa lista de dimensões para a comparação das teorias da personalidade, mas esperamos que os leitores não se esqueçam delas. A breve orientação aqui oferecida terá um significado mais rico e uma maior importância se essas questões forem consideradas na leitura dos capítulos que descrevem as diferentes teorias da personalidade. Também ficará claro que os aspectos mais distintivos dessas teorias são decorrência de decisões relativas às questões que acabamos de discutir. No capítulo final, nós vamos reconsiderar essas dimensões à luz das teorias específicas da personalidade.

Isso nos leva ao final da nossa discussão introdutória, e agora podemos prosseguir para a essência deste volume – as próprias teorias da personalidade. Se o leitor só pudesse gravar um único pensamento de tudo o que foi dito até este ponto, que fosse a simples impressão de que as teorias da personalidade são tentativas de formular ou representar aspectos significativos do comportamento dos indivíduos e que a produtividade dessas tentativas deve ser julgada principalmente em termos de quanto efetivamente elas servem como um estímulo para a pesquisa.

ÊNFASE NA PSICODINÂMICA

Os teóricos da personalidade descritos nesta seção compartilham uma preocupação central com as forças dinâmicas que determinam o nosso comportamento e com as estruturas defensivas que, sem saber, erigimos para nos proteger dessas forças. A primeira posição considerada, evidentemente, é a de Sigmund Freud. Freud desenvolveu a primeira teoria sistemática da personalidade, e em muitos aspectos todos os teóricos subsequentes apresentaram reações à sua posição.

O núcleo da teoria de Freud foi sua defesa de um modelo conflitual de motivação. Segundo essa posição, o comportamento é provocado por impulsos inconscientes, com base biológica, que exigem gratificação. Quando a expressão dessas exigências é bloqueada por constrangimentos morais, nós negociamos compromissos comportamentais centrados nas substituições ou nas representações simbólicas do objeto originalmente desejado. À medida que amadurecemos, ficamos mais capazes de adiar a gratificação até o momento e o lugar apropriados. Mas continuamos carregando o resíduo inconsciente de conflitos infantis não-resolvidos, e eles são a base de grande parte do nosso comportamento adulto. Uma das suposições centrais de Freud era o determinismo psíquico, segundo o qual todos os comportamentos ocorrem por alguma razão. Conseqüentemente, a nossa tarefa como psicólogos é descobrir os determinantes comportamentais enterrados. Essa posição de “psicologia profunda” levou Freud a fascinantes análises de fenômenos cotidianos, como sonhos, chistes e atos falhos. As outras suposições adotadas por Freud em seus modelos desenvolvimentais separados para homens e mulheres se mostraram difíceis de aceitar. Neste ponto o leitor deve ser alertado: Freud oferece a primeira ilustração, e em muitos aspectos a mais clara, da necessidade de se identificar as suposições de um teórico. Uma vez que as suposições sejam aceitas, a lógica da teoria em si torna-se difícil de contestar.

Duas notas finais sobre Freud. Primeiro, Freud foi um racionalista, não um defensor da expressão desenfreada de impulsos irracionais. Ele escreveu: “Onde era o Id, ficará o Ego” e “A voz do intelecto é uma voz suave, mas não descansa até ser ouvida”. Segundo, Freud se considerava um empiricista. Isso não surpreende, dada sua carreira original em anatomia e no que agora chamaríamos de neurociência, mas nos leva a um paradoxo. A teoria de Freud muitas vezes é descartada como não-científica segundo os critérios apresentados no Capítulo 1. Qualquer teoria baseada na estrutura e nas forças inconscientes revela-se difícil, se não impossível, de testar, e a testabilidade das predições é a marca registrada da teoria científica. Na

verdade, Freud estava mais empenhado na “pós-enunciação”, ou explicação após o fato, do que na predição. Você, leitor, deve chegar à sua própria conclusão sobre a estatura e a credibilidade científicas da teoria de Freud.

Os cinco outros teóricos importantes discutidos nesta seção compartilham muito com Freud, mas também diferem dele de maneiras substanciais. Carl Jung foi endossado por Freud como seu “príncipe herdeiro”, mas eles acabaram tendo uma separação amarga. Jung jamais conseguiu aceitar a ênfase de Freud na sexualidade como um motivo, e propôs que os determinantes inconscientes do comportamento tinham uma origem ancestral e não-pessoal. Alfred Adler nunca foi tão próximo de Freud em um nível pessoal ou teórico como Jung. Adler estava muito mais interessado nos determinantes conscientes do comportamento do que Freud estivera, e ele também enfatizou o “interesse social” como a base do funcionamento sadio. Karen Horney desafiou as suposições e as conclusões de Freud acerca do desenvolvimento psicosssexual. Ela também propôs um modelo convincente, mas subapreciado, de ansiedade básica e conflitos entre os componentes do autoconceito. Harry Stack Sullivan enfatizou os estágios desenvolvimentais, e grande parte de seu modelo baseia-se em constructos de energia e ansiedade. Mas a inclusão de Sullivan no presente grupo é assegurada pelo contexto interpessoal em que ele conceitualiza o comportamento do indivíduo. Erik Erikson manteve grande parte do modelo de Freud, mas reinterpretou os instintos freudianos como “fragmentos pulsionais”, que só recebem significado por meio das forças culturais e das práticas de educação das crianças. Erikson transformou os estágios do desenvolvimento psicosssexual de Freud em estágios psicossociais, e estendeu a análise desenvolvimental a todo o ciclo vital. Apesar dessas diferenças, os teóricos compartilham uma ênfase geral no conflito intrapsíquico e na importância da ansiedade resultante.

TABELA 1 Comparação Dimensional das Teorias Psicodinâmicas

<i>Parâmetro Comparado</i>	<i>Freud</i>	<i>Jung</i>	<i>Adler</i>	<i>Horney</i>	<i>Sullivan</i>	<i>Erikson</i>
Propósito	A	A	A	A	A	A
Determinantes inconscientes	A	A	M	A	M	M
Processo de aprendizagem	M	B	B	M	M	M
Estrutura	A	A	M	M	M	A
Hereditariedade	A	A	A	B	B	M
Desenvolvimento inicial	A	B	A	M	M	A
Continuidade	A	B	A	M	A	A
Ênfase organísmica	M	A	M	M	M	M
Ênfase no campo	B	B	A	M	A	A
Singularidade	M	M	A	M	M	M
Ênfase molar	M	M	M	M	M	M
Ambiente psicológico	A	A	M	M	A	A
Autoconceito	A	A	A	A	A	A
Competência	M	B	A	M	M	A
Afiliação grupal	M	B	A	A	A	A
Ancoragem na biologia	A	A	M	B	M	M
Ancoragem nas ciências sociais	A	B	A	A	A	A
Motivos múltiplos	B	M	B	B	M	M
Personalidade ideal	A	A	A	A	M	A
Comportamento anormal	A	A	A	A	A	M

Nota: A indica alto (ênfaticado), M indica moderado, e B indica baixo (pouco ênfaticado).

Conforme indica a Tabela 1, os teóricos psicodinâmicos geralmente enfatizam o propósito e os determinantes inconscientes do comportamento. Eles estão preocupados com a personalidade ideal e com o comportamento patológico, e alguma versão do autoconceito desempenha um papel-chave em suas posições. Observem a variabilidade, todavia, na importância que atribuem à afiliação grupal e à hereditariedade. Essas semelhanças e discrepâncias ficarão claras conforme tratarmos de cada teoria.